

FHC Velas para maus defuntos

JOSÉ NÊUMANNE

JORNAL DA TARDE

Justiça lhe seja feita: o presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a temer (e tornar público esse temor) as expectativas exageradas da população em relação a seu governo. Pois as bases do otimismo são sempre os alicerces da decepção, pelo menos no caso da dinâmica política brasileira. No entanto, o mesmo presidente realista, que temeu a reversão de expectativas, se assustou com a rapidez e a violência com que sua popularidade caiu no primeiro mês de governo: de 70% para 36%.

De fato, não é fácil aceitar como natural uma queda tão vertiginosa, muito embora seja normal (e, de certa forma, inevitável) o registro de diminuição de popularidade no início de qualquer governo. O que assusta, pois, o presidente e o governo não é tanto a reversão da expectativa otimista, mas a velocidade e a profundidade dessa reversão: o processo com Collor durou seis meses, e não um. Além do mais, para usar a mesma comparação, o ex-presidente assumiu o governo com uma medida impopular de grande impacto, o confisco geral da poupança, enquanto o atual ainda pilota o Plano Real, cujos resultados positivos indiscutíveis ainda são percebidos pela população.

A brusca queda de popularidade do presidente e de seu governo foi logo atribuída pelos analistas

ao veto ao salário mínimo de 100 reais, à sanção ao projeto do Congresso Nacional para anistiar o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e, também, ao aumento que os deputados e senadores concederam a si mesmos e aos executivos do governo. O presidente acreditou nessa análise. Tanto acreditou que convo-

de registrar que o governo poderia ter evitado a aprovação do projeto no plenário do Congresso, bastando, para isso, ter usado a maioria que tanto apregoa ter no Poder Executivo. Ou o governo tem maioria no Congresso e evita esse tipo de demagogia ou é minoritário.

Em relação à tentativa que o

O PROBLEMA NÃO É PERDER
POPULARIDADE, MAS
DESPERDIÇÁ-LA EM
DESGASTES DE PEQUENA MONTA.

cou rede nacional de rádio e televisão para se explicar e justificar sobre esses episódios específicos.

De fato, a iniciativa privada aceita sem problemas o aumento do salário mínimo para 100 reais, conforme pode comprovar pesquisa feita entre empresários e divulgada pelo Sebrae às vésperas do pronunciamento presidencial. Mas o presidente não poderia sancionar o projeto do Congresso pois quebraria a Previdência Social. Para sancionar o projeto, o governo precisa desvincular o salário mínimo dos benefícios previdenciários e das folhas de pagamento das prefeituras municipais, que também teriam seus orçamentos seriamente prejudicados com a sanção.

No entanto, não se pode deixar

presidente fez de responsabilizar o Congresso pelo aumento dos parlamentares e dos executivos da administração federal, não pode ser considerada justa a acusação, pois o aumento foi pedido pelo próprio governo federal, para facilitar a nomeação de funcionários no segundo escalão. Atualmente, a escolha desse nível de funcionários é dificultada pela baixa remuneração.

Se o presidente da República está mesmo interessado em extinguir ou, no mínimo reduzir, o nível de hipocrisia na comunicação com a sociedade, o mínimo que se esperava dele é que reconhecesse publicamente a questão, em vez de anunciar um corte nos próprios vencimentos e de seus ministros. Tal corte é puramente

simbólico e contém uma indesejável carga de demagogia, por não significar praticamente nada em economia para os cofres da União.

Pouco consistente é, da mesma forma, a justificativa encontrada pelo presidente para a sanção à anistia do senador Humberto Lucena. Como evitar confronto com um poder sancionando um projeto discutível que se opõe, justamente, a uma sentença do Poder Judiciário?

A julgar por tais considerações, é pouco provável que o presidente, com o referido pronunciamento em rede de rádio e televisão, tenha conseguido deter a descida, ladeira abaixo, de sua popularidade. É plenamente aceitável que um governo em seu início adote, de saída, medidas impopulares. Maquiavel, na velha Florença dos Médicis, já defendia essa estratégia. O problema não é perder popularidade, mas desperdiçá-la em desgastes de pequena monta, acendendo velas demais por defuntos parques e de pouca importância. Mas o presidente tem 35 meses para se recuperar dos erros do primeiro.

O AUTOR

José Nêumanne,
jornalista e
escritor, é
autor de
Veneno na Veia.

